

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

Grupo de Trabalho:	GT-SAR-PCJ (CT-PL)
Reunião:	2ª Reunião do GT-SAR-PCJ
Data:	23/01/2026 (sexta-feira)
Local:	CIESP DR Campinas – Campinas/SP
Assuntos em discussão:	i. Proposta de PPP para o SAR-PCJ, operação das barragens de Pedreira e de Duas Pontes e Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia.
Pauta:	1. Abertura; 2. Apresentação da proposta de Parceria Público-Privada para o Sistema Adutor Regional PCJ (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL e Secretaria de Parcerias e Investimentos – SPI); 3. Esclarecimentos; 4. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	O Sr. Sergio Razera (Agência PCJ) cumprimentou os presentes, transmitiu as saudações do presidente dos Comitês PCJ e destacou a relevância do conjunto de obras em discussão para o enfrentamento de períodos de estiagem e o fortalecimento da segurança hídrica das bacias PCJ. Recordou o histórico dos estudos e a retomada dos projetos pelo Estado, ressaltando a importância do sistema adutor regional e a necessidade de que usuários e setor de saneamento compreendam os aspectos técnicos, financeiros e institucionais, bem como a futura definição das regras operacionais das barragens. Encerrou reconhecendo o avanço representado pela retomada das obras e agradecendo o apoio do Governo do Estado. O Sr. Edgard Benozatti Neto (CPP) manifestou satisfação em participar da reunião e ressaltou a qualificação técnica do debate. Informou que o projeto se encontra em fase de consulta pública, estando aberto a contribuições e aprimoramentos, especialmente quanto a aspectos regulatórios e de detalhamento. Destacou o caráter inovador da parceria público-privada voltada à segurança hídrica e colocou a equipe técnica à disposição para a continuidade do diálogo. A Sra. Camila Rocha Cunha Viana (SP-ÁGUAS) agradeceu a oportunidade de diálogo no âmbito dos Comitês PCJ, destacando a maturidade institucional da bacia e o ambiente colaborativo que tem contribuído para o aprimoramento da atuação da SP-ÁGUAS. Ressaltou que o projeto vem sendo construído de forma coletiva e permanece aberto a sugestões, colocando a agência à disposição para a construção conjunta das soluções necessárias. A Sra. Natalia Resende Andrade Ávila (SEMIL) destacou a relevância do projeto, desenvolvido desde 2023, como parte da estratégia estadual de fortalecimento da resiliência e da segurança hídrica frente às mudanças climáticas. Enfatizou a abordagem integrada entre bacias, o planejamento de longo prazo, os investimentos estruturantes e a importância do diálogo com os comitês e demais atores para o aprimoramento da iniciativa. No que se refere ao item 2 da pauta, o Sr. Edgard Benozatti Neto (CPP) apresentou os principais aspectos do projeto da PPP, destacando seu foco na resiliência e na regularização de vazões para garantia do abastecimento público, com infraestrutura composta pelas barragens de Pedreira, no Rio Jaguari, e Duas Pontes, no Rio Camanducaia. Detalhou o sistema adutor regional formado pelos tramos Oeste, Central e Centro-Sul, esclarecendo que o tramo Leste foi excluído da PPP por já integrar outro contrato, mantendo seus benefícios ao sistema, e apresentou parâmetros técnicos, custos de investimento e operação, ressaltando a influência do consumo de energia elétrica nos custos operacionais e o caráter mais regular do tramo

Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

Central. Informou que, das infraestruturas auxiliares inicialmente previstas, apenas a Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia integra a PPP, por ser essencial à operação das represas. Destacou que o projeto permitirá aumento significativo da vazão regularizada, estimado em cerca de 17 m³/s, beneficiando direta e indiretamente aproximadamente 21 municípios das Bacias PCJ, atendendo demandas urbanas, industriais e agrícolas. Apresentou o cronograma, com conclusão das barragens e da unidade de tratamento no segundo semestre do ano corrente, assinatura do contrato ainda neste ano e posterior implantação dos tramos adutores, com mecanismos contratuais de incentivo e penalidade. Quanto ao arranjo institucional, esclareceu que a concessionária atuará apenas como operadora, cabendo ao Estado, por meio da SP-ÁGUAS e das agências reguladoras, a definição das regras operacionais, sendo os contratos de fornecimento de água celebrados entre usuários e a concessionária, com validação da SP-ÁGUAS e estímulos à redução de perdas e à melhoria do tratamento de esgoto. Foram apresentados os valores globais do projeto, estimados em aproximadamente R\$ 311 milhões, a estrutura de financiamento com aporte estadual e contraprestações variáveis conforme a operação, bem como o modelo licitatório baseado na menor contraprestação. Por fim, foram indicados os próximos passos, com destaque para a fase de consulta pública e audiências, a importância da formalização das contribuições e a expectativa de publicação do edital no segundo trimestre, realização do leilão no terceiro trimestre e início da fase pré-operacional ainda no final do ano.

Já adentrando o item 3 da pauta, o Sr. Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA) manifestou-se destacando três pontos principais. Inicialmente, apontou fragilidades na comunicação e na divulgação das informações relativas à audiência pública, ressaltando que os materiais previamente divulgados não indicavam de forma clara onde estavam disponíveis os dados técnicos e institucionais apresentados na reunião, o que dificultou o acesso e a compreensão, especialmente às vésperas da audiência pública em Campinas, sugerindo a necessidade de uma divulgação mais completa e organizada. Em seguida, observou que, diferentemente de processos em que houve ampla divulgação e debates prévios, o atual projeto avançou para a fase de consulta pública e audiências sem, em sua avaliação, uma discussão mais aprofundada e ampliada com os atores da bacia, incluindo as Câmaras Técnicas do Comitês PCJ. Ressaltou que os Comitês PCJ possuem estrutura técnica diversificada e madura, o que permitiria um debate mais detalhado antes do estágio atual de implementação do projeto. Por fim o Sr. Rodrigo destacou que, desde as discussões iniciais sobre as barragens, ainda a partir de 2013, uma preocupação recorrente tem sido a ausência de um projeto complementar estruturado de recuperação ambiental das áreas de contribuição das bacias associadas às barragens. Avaliou que o projeto da PPP poderia estar articulado a um programa específico e planejado de reconstituição ambiental dessas áreas, com definição prévia de ações, diálogo com proprietários e integração com iniciativas já existentes, de modo a evitar a perda de uma oportunidade histórica de associar a implantação da infraestrutura hídrica a uma estratégia consistente de recuperação ambiental e fortalecimento da sustentabilidade das bacias. O Sr. Benjamin Bill (P.M. de Sumaré) apresentou dois questionamentos. Inicialmente, solicitou esclarecimentos sobre o adicional anual de captação previsto para o município de Sumaré a partir do Rio Atibaia, indagando sobre a origem desse volume adicional, considerando que o município já realiza captação nesse manancial, e de que forma as barragens e o sistema proposto viabilizam essa ampliação da disponibilidade hídrica. Em seguida, questionou quais benefícios diretos estão previstos para os municípios que receberão os tramos do sistema adutor, citando o caso de Nova Odessa, associada ao tramo Oeste, e quais critérios foram

Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

utilizados para a definição das cidades contempladas pelo traçado, bem como quais vantagens concretas esses municípios terão em relação ao elevado volume de investimentos envolvidos no projeto. O Sr. Rodrigo Hajjar Francisco (IPSA-C) manifestou dúvidas quanto aos valores de investimento apresentados no projeto, solicitando esclarecimentos sobre a diferença entre o valor global inicialmente indicado e os montantes referentes ao CAPEX e ao percentual de aporte público, de forma a compreender a composição final dos recursos envolvidos. Na sequência, alinhando-se às observações anteriormente feitas, destacou que o Plano de Bacias PCJ prevê investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões para a região, financiados tanto por recursos das empresas de saneamento quanto pela cobrança pelo uso da água, e questionou de que maneira será garantida a continuidade, a transparência e a clareza quanto à manutenção dessa cobrança, especialmente em relação aos usuários que não integram o programa UniversalizaSP, de modo a assegurar os recursos necessários para os investimentos do comitê, inclusive aqueles de caráter reembolsável. A Sra. Natalia Resende Andrade Ávila (SEMIL) respondeu aos questionamentos apresentados, agradecendo as contribuições e destacando o compromisso da SEMIL com a transparência, a ampla divulgação das informações e o cumprimento dos ritos legais, incluindo audiências públicas presenciais e virtuais, bem como a disponibilização de documentos no site e no *data room* do projeto. Esclareceu que o projeto se baseia em estudos técnicos e de engenharia desenvolvidos e discutidos ao longo do tempo com os grupos envolvidos, ressaltando que a fase de consulta pública tem justamente o objetivo de receber contribuições e aprimorar os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e regulatórios. Quanto à bacia de contribuição e à recuperação ambiental, informou que o Estado possui uma estratégia ampla de restauração e resiliência climática, com diversas iniciativas em andamento, como programas de PSA, reflorestamento, proteção de nascentes, criação de unidades de conservação e projetos específicos para regiões prioritárias como Sistema Cantareira e Bacias PCJ, colocando-se à disposição para avaliar possíveis complementações ao projeto. Em relação aos benefícios do sistema e às dúvidas sobre incrementos de vazão, esclareceu que o foco do projeto é a regularização do sistema como um todo, com ganhos incrementais decorrentes das barragens e adutoras, mantendo-se as outorgas e cobranças existentes, e que a lógica hidráulica do sistema integrado permite benefícios diretos e indiretos aos municípios, reiterando que os instrumentos do projeto são distintos, mas complementares, com ênfase em incentivos à redução de perdas e ao tratamento de esgoto. O Sr. Edgard Benozatti Neto (CPP) complementou os esclarecimentos, destacando que a definição das cidades beneficiadas e a origem do volume adicional de água decorrem do equilíbrio hídrico e da modelagem hidráulica adotada, a qual prevê o transporte de água para determinados pontos de forma a reduzir captações em outros, permitindo maior disponibilidade de maneira integrada. Informou que o estudo considerou diversos cenários e hipóteses, visando alcançar a melhor configuração possível, com maior ganho coletivo e menor custo para os envolvidos. Esclareceu ainda, em relação aos valores de investimento, que o Capex total do projeto é de aproximadamente R\$ 317 milhões, sendo que o aporte do Estado incide apenas sobre bens reversíveis, especificamente os tramos do sistema adutor, cujo Capex é da ordem de R\$ 200 milhões, sobre os quais será aplicado o aporte de cerca de 75%. Reconheceu que a explicação anterior pode ter gerado confusão e informou que o tema será mais bem detalhado na audiência pública. Por fim, ressaltou que o projeto não altera os arranjos institucionais existentes relativos à cobrança pelo uso da água, tratando-se de um instrumento distinto e complementar, e que os mecanismos atuais serão mantidos, comprometendo-se a verificar se tal premissa está devidamente explicitada no contrato. A Sra. Camila Rocha Cunha Viana (SP-ÁGUAS) esclareceu que o projeto já havia sido previamente apresentado e discutido no âmbito do

Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

comitê, inclusive na 1ª Reunião do GT-SAR-PCJ, na qual foi exposto o projeto de engenharia, ressaltando que a atual fase de consulta pública amplia esse debate, com todos os documentos disponíveis para análise e contribuições. Em relação à regularização hídrica, explicou que o sistema gera um efeito integrado, permitindo que a vazão incremental seja distribuída de forma mais equilibrada entre municípios e sub-bacias, além de possibilitar a redução de captações em determinados rios, liberando disponibilidade hídrica para outras outorgas, inclusive de municípios não diretamente atendidos pelos tramos específicos. Quanto à cobrança pelo uso da água, afirmou que o arranjo proposto não altera o modelo vigente, permanecendo a concessionária responsável pelo pagamento da cobrança ao CBH, inclusive nos casos em que houver contratos de fornecimento com usuários industriais, de modo a evitar impactos institucionais ou pagamentos em duplicidade, comprometendo-se a tornar esse aspecto mais claro nos instrumentos contratuais. O Sr. Petrus Weel (P.M. de Holambra) manifestou reconhecimento pelo trabalho em desenvolvimento voltado à segurança hídrica, destacando a importância de soluções que garantam o abastecimento nos médio e longo prazos. Ressaltou que, mesmo com os investimentos previstos, será necessário planejar continuamente novas ações para além do horizonte projetado, a fim de evitar custos elevados no futuro. Chamou a atenção para as perdas associadas à redução das chuvas e enfatizou a relevância de medidas de conservação do solo e de recarga hídrica, especialmente em áreas rurais, como estratégia complementar e de menor custo para aumentar a infiltração da água no solo e fortalecer a segurança hídrica regional. O Sr. Francisco Lahóz (Consórcio PCJ) manifestou satisfação e reconhecimento pela retomada e pelo avanço das obras dos reservatórios, ressaltando que tais empreendimentos já eram considerados imprescindíveis desde 1992. Registrou agradecimento ao Governo do Estado pela decisão de retomar as obras e observou que, diante dos prazos e das exigências associadas à captação de recursos, especialmente internacionais, o cronograma apresentado segue uma lógica adequada. Destacou que as vazões e os valores estimados para atendimento dos 21 municípios atualmente contemplados mostraram-se tecnicamente viáveis e financeiramente aceitáveis. Por fim, sugeriu que seja mantido diálogo com os municípios inicialmente previstos e ainda não incluídos, a fim de avaliar alternativas para seu atendimento futuro, colocando o Consórcio PCJ à disposição para colaborar nesse processo. O Sr. Flávio Stenico (Consórcio PCJ) questionou se a modelagem do balanço hídrico do SAR, que fundamenta as vazões e o atendimento aos municípios propostos, considerou as regras operativas vigentes do Sistema Cantareira como base para sua viabilização. O Sr. Mateus Arantes (CT-SA/P.M. de Jundiaí) levantou questionamentos centrais sobre os incentivos previstos no projeto para municípios que não integram o programa UniversalizaSP, especialmente quanto à redução de perdas, indagando se haveria algum tipo de incentivo financeiro, como redução da cobrança pelo uso da água, ou outro mecanismo específico. Adicionalmente, questionou aspectos técnicos do projeto de engenharia relacionados ao tramo Centro-Sul, em especial quanto ao destino da captação e lançamento das vazões, seus impactos sobre os municípios de Louveira e Vinhedo e como se daria a cobrança pelo volume transferido, esclarecendo se os custos recairiam apenas sobre a outorga ou se haveria contribuição adicional pelo fornecimento incremental de água. Em resposta aos questionamentos, a Sra. Natalia Resende Andrade Ávila (SEMIL) destacou que a abordagem do projeto considera o balanço hídrico de forma integrada, incluindo conservação do solo, uso do solo, recursos subterrâneos e restauração ambiental, em articulação com ações já discutidas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a SEMIL e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, colocando-se à disposição para aprofundar o diálogo técnico com os representantes da bacia. Quanto aos municípios e aos tramos do sistema, esclareceu que a

Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

definição das vazões, dos volumes atendidos e dos valores associados decorre da configuração hidráulica do projeto, buscando garantir justiça na cobrança com base no volume efetivamente regularizado e no impacto direto do benefício, informando que casos específicos, como o de Vinhedo, poderão ser analisados tecnicamente para eventual ajuste. Em relação aos valores, reforçou que a lógica adotada não é arrecadatória, mas sim de incentivo, com a previsão de gradações que estimulem a redução de perdas e a melhoria do tratamento de esgoto. Esclareceu ainda que, no âmbito do UniversalizaSP, os custos e metas já estão previstos contratualmente, enquanto para os demais municípios serão considerados mecanismos integrados de incentivo, alinhados ao novo marco do saneamento e às normas da ANA e do Ministério, permanecendo aberta à contribuição dos comitês e dos usuários para o aprimoramento desses critérios. O Sr. Edgard Benozatti Neto (CPP) complementou que os incentivos à redução de perdas estão sendo concebidos, em princípio, como descontos tarifários, ressaltando que, neste estágio, ainda não foi possível definir um desenho completo do mecanismo por ausência de dados consolidados sobre os índices de perdas dos municípios envolvidos. Destacou que o tema é complexo, pois busca-se evitar a penalização dos entes que já avançaram na redução de perdas, ao mesmo tempo em que se pretende estimular melhorias contínuas, razão pela qual o modelo está sendo apresentado de forma preliminar para receber contribuições dos municípios. Informou ainda que a redução do número de municípios atendidos, de 28 para 21, poderá ser reavaliada por meio de diálogo com os municípios não contemplados e esclareceu que a questão técnica relativa à captação e à entrega de água no Rio Jaguari, ainda está em análise pela equipe técnica, comprometendo-se a prestar esclarecimentos posteriormente. A Sra. Natalia Resende Andrade Ávila (SEMIL) retomou a palavra para externar sua preocupação com a confiabilidade das informações utilizadas para embasar os incentivos à redução de perdas, ressaltando que inconsistências nos dados, muitas vezes decorrentes da falta de instrumentação adequada, podem comprometer a efetividade da política e defendeu o envolvimento das agências reguladoras (ARSESP e ARES-PCJ) e a vinculação dos incentivos a planos estruturados de controle de perdas, com foco na resiliência das redes, enfatizando a necessidade de que as medidas adotadas sejam efetivas e não meramente formais. O Sr. Laerson Andia Júnior (P.M. de Santa Bárbara d'Oeste) parabenizou a equipe da SEMIL pela apresentação e pela disponibilidade em responder aos questionamentos. Em seguida, solicitou esclarecimentos quanto aos critérios utilizados para o rateio das vazões entre as cidades contempladas, questionou se a eventual contratação futura de vazão adicional por Santa Bárbara d'Oeste configuraria outorga complementar à já existente e indagou sobre a forma de entrega da água ao município, considerando que atualmente não há captação no Rio Piracicaba, especificamente se a infraestrutura de adução seria de responsabilidade da concessionária ou do próprio município. A Sra. Nádia Zacharczuk (P.M. de Jundiaí), parabenizou a equipe técnica e as representantes da SEMIL pelo esforço e pela relevância do trabalho apresentado e manifestou dúvidas quanto ao modelo contratual exposto, especialmente sobre a possibilidade de setores industrial e agrícola firmarem contratos diretamente com a concessionária vencedora da PPP ou se essa relação ocorreria por meio das atuais concessionárias municipais. Questionou, ainda, como se daria esse relacionamento direto, caso previsto, e de que forma os setores usuários seriam integrados a esse arranjo. Ressaltou a importância do fortalecimento da infraestrutura verde e da conservação das bacias hidrográficas como condição essencial para garantir quantidade e qualidade da água. Destacou também a necessidade de diálogo com municípios não diretamente beneficiados pelo projeto, considerando possíveis ganhos indiretos de vazão, e solicitou esclarecimentos sobre como ficaria a cobrança pelo uso da água nesses casos, se haveria necessidade de negociação com a

Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

concessionária da PPP ou se permaneceria apenas o pagamento da outorga vigente. O Sr. Gabriel Carvalho (SANEBAVI) manifestou dúvidas quanto à forma de divisão e distribuição das vazões entre os municípios, ressaltando que não ficou claro como se dará a alocação dos volumes de água no âmbito do projeto. Apontou que, especialmente para o município de Vinhedo, é fundamental compreender com precisão os critérios adotados. Mencionou ainda possível divergência de informações quanto à vazão prevista para o município, citando valores distintos apresentados em diferentes momentos, e solicitou esclarecimentos para que os municípios possam compreender adequadamente o panorama de distribuição antes da realização da audiência pública. Em resposta, a Sra. Natalia Resende Andrade Ávila (SEMIL) afirmou que a modelagem do projeto se baseia em estudos técnicos e de engenharia já consolidados, envolvendo aspectos de logística, vazões e regularização. Destacou-se que a configuração atual considera duas barragens e três tramos, uma vez que um dos tramos anteriormente previstos foi incorporado a outro contrato, evitando sobreposição de investimentos e pagamentos. Explicou-se que a lógica adotada é a de vasos comunicantes, na qual as intervenções geram efeitos hidráulicos a jusante, promovendo aumento de volume e vazão de forma indireta em diversos pontos da bacia, independentemente da chegada física da infraestrutura a todos os municípios. Assim, os benefícios decorrem do arranjo regional integrado, baseado nas condições hidráulicas e no equilíbrio da bacia como um todo. Reforçou-se, por fim, que o projeto trata exclusivamente de vazões incrementais decorrentes desse arranjo, sem alteração das outorgas e cobranças atualmente vigentes. O Sr. Edgard Benozatti Neto (CPP) retomou a palavra para esclarecer que as vazões apresentadas na tabela decorrem de estudo técnico que considerou projeções até 2040, contemplando apenas os volumes adicionais necessários a cada município, independentemente das captações atualmente existentes, sendo esse adicional passível ou não de acionamento. Esclareceu-se ainda que, havendo necessidade de uso da infraestrutura do projeto, o contrato de fornecimento será firmado diretamente com a concessionária da PPP, podendo haver contratos apartados apenas nos casos em que seja necessária a utilização de infraestrutura adicional. Destacou-se que a concessionária atua exclusivamente na operação, sob regras definidas pela SP Águas, sem delegação de poder regulatório, reforçando-se que o modelo busca fortalecer a regulação estatal e garantir maior eficiência operacional por meio de contratos de longo prazo com investimentos definidos. O Sr. Luiz Roberto Del Gelmo (P.M. de Jundiaí) questionou a partir do exemplo do pleito de Jundiaí por incremento de vazão na captação do Rio Atibaia, sobre o procedimento aplicável caso outros municípios deixem de captar em razão das novas barragens, questionando-se se, nessa situação, o município deverá apenas tratar a ampliação da outorga junto à SP-Águas ou se, havendo aumento de vazão, será necessária a contratação desse volume adicional diretamente com a concessionária da PPP. Em resposta, a Sra. Camila Rocha Cunha Viana (SP-ÁGUAS) afirmou que as vazões apresentadas decorrem de estudo que projetou as demandas necessárias até 2040 para evitar falhas de abastecimento, a partir do qual se definiu a distribuição das vazões incrementais. Destacou-se que as outorgas atualmente vigentes permanecem inalteradas e que apenas o volume incremental é objeto do novo arranjo. Nessa lógica, a contratação da vazão adicional ocorreria junto à concessionária da PPP. Quanto a situações específicas de municípios não contemplados inicialmente, foi indicado que será necessário diálogo técnico para avaliar como se dará o tratamento desse incremento de outorga projetado e a eventual forma de contratação. Ao final, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro (SEMIL) considerou que, em se tratando de reunião do GT da CT-PL e a existência de etapas ainda em curso, incluindo a audiência pública da semana seguinte e a consulta pública aberta até o dia 10, os membros do grupo poderão encaminhar contribuições à Secretaria Executiva

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

	dos Comitês PCJ até o dia 30. Foi proposta que a próxima reunião do GT ocorra na primeira semana de fevereiro, em data a ser definida, para avaliação das contribuições recebidas, dos resultados da audiência pública e da própria reunião, bem como para deliberar sobre eventual manifestação no âmbito da consulta pública em nome dos Comitês PCJ, observada a legitimidade conferida pela Câmara Técnica de Planejamento.		
Responsável pela redação:	Secretaria Executiva dos Comitês PCJ		
Participantes – Nome (Entidade)			
1	Adriana Salvaia Guimarães Alves (CETESB)	60	Leandro Zanini Santos (CIESP DR Americana)
2	Adriano Yamamoto (Química Amparo)	61	Luis Filipe Rodrigues (P.M. de Campinas/SANASA)
3	Aguinaldo Brito Junior (Consórcio PCJ)	62	Luiz Eduardo Gregolin Grisotto (ABES-SP)
4	Alexandre Luis Almeida Vilella (FIESP)	63	Luiz Gustavo Pires de Camargo (Ypê)
5	Alexandre Silva (SANASA)	64	Luiz Henrique Werneck (COBRAPE)
6	Aline Gasparini (P.M. de Salto)	65	Luiz Mayr Neto (P.M. de Valinhos)
7	Anderson Barboza Esteves (SP Águas)	66	Luiz Roberto Del Gelmo (P.M. de Jundiaí)
8	André Filho (P.M. de Louveira)	67	Luiz Roberto Fontes (P.M. de Louveira)
9	André Luiz Sanches Navarro (SEMIL)	68	Manoelito Pereira Magalhães Júnior (SANASA)
10	Ângelo César Turqui Piva (SAAE Salto)	69	Marcela Peixoto Nectoux (SEMIL)
11	Antonio Carlos dos Santos (ABCON)	70	Marcello César Lino (DAEV)
12	Ariana Rosa Bueno Damiano (SP Águas)	71	Marcio Arantes de Andrade (DAEV)
13	Benjamin Bill Vieira de Souza (P.M. de Sumaré)	72	Márcio Tonelotti (ASSEMAE/SANASA)
14	Bianca Leite (Consórcio PCJ)	73	Marco Antonio Viana dos Santos (P.M. de Itupeva)
15	Camila Rocha Cunha Viana (SP Águas)	74	Maria da Penha de Oliveira Alencar (CETESB)
16	Charles Malagoli (SP Águas)	75	Maria das Graças Martini (DAE Jundiaí)
17	Daniel Ramos (Agência PCJ)	76	Maria Gomes Bueno de Ávila (Química Amparo)
18	Dario Saad p/p Adriana Isenburg (P.M. de Campinas)	77	Mariana Bosso Ferreira (BRK Ambiental Limeira)
19	Débora Papani (Consórcio PCJ)	78	Mariane Alves de Godoy Leme (Consórcio PCJ)
20	Douglas Philomeno (P.M. de Louveira)	79	Mário Antonio Masteguín (AEAAV)
21	Edgard Benozatti Neto (CPP)	80	Mario Mantovani (Fundação Florestal)
22	Eduardo A. da Silva (P.M. Campo Limpo Pta.)	81	Mateus Bento Batista Arantes (P.M. de Louveira)
23	Eduardo Léo (Agência PCJ)	82	Mateus Blanco (SEMIL)
24	Elaine Franco de Campos (CADRE)	83	Michelle Gouvêa Martins (P.M. de Hortolândia)
25	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (ASSEMAE / P.M. de Campinas / SANASA)	84	Mona Lisie Pavan Ribeiro (BRK Ambiental)
26	Erick Krambeck (BRK Ambiental Limeira)	85	Nádia Zacharczuk (DAE Jundiaí)
27	Everton Quiararia (Agência PCJ)	86	Natalia Resende Andrade Ávila (SEMIL)
28	Fabio Pedro (SANASA)	87	Natassia Bonini Vidas (SEMAE Piracicaba)
29	Felipe Gobet de Aguiar (SP Águas)	88	Neiroberto Silva (P.M. de Mogi Mirim)
30	Felipe Luongo (CPP)	89	Nelson de Campos Lima (SP Águas)
31	Flávia Maise Pizani Peruzza (P.M. de Limeira)	90	Nilo Anzelotti (CPP)
32	Flávio Forti Stenico (Consórcio PCJ)	91	Nilton Piccin (Sindicato Rural de Limeira)
33	Francisco Carlos Castro Lahóz (Consórcio PCJ)	92	Patrícia Barufaldi (Agência PCJ)
34	Gabriel Azevedo de Carvalho (SANEBAVI)	93	Paulo Takeyama (AEAS)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

35	Gabriel Sobreira (Agência PCJ)	94	Petrus Bartholomeus Weel (P.M. de Holambra)
36	Giuliana Bernardini (CPP)	95	Rafael Leite (Consórcio PCJ)
37	Guilherme Afonso Marques (P.M. de Louveira)	96	Raquel Eliana Metzner (IPSA-C/SORIDEMA)
38	Guilherme Theodoro Lima (P.M. de Jundiaí)	97	Raquel Quirino (Agência PCJ)
39	Guilherme Trindade (SANASA)	98	Rean Gustavo Sobrinho (CODEN)
40	Henrique Degraf (CPFL Renováveis)	99	Ricardo Gardin (DAEV)
41	Isabela Ferreira Maia (P.M. de Itupeva)	100	Ricardo Victoreti (P.M. de Limeira)
42	Ivan Canalle (SEMAE Piracicaba)	101	Rodrigo Basso (DAEV)
43	Ivanna Ferraz (SEMIL)	102	Rodrigo Cesar Monteiro (ASSEMAE/SANASA)
44	Jaqueline Salvador Leite (P.M. de Itupeva)	103	Rodrigo Hajjar Francisco (IPSA-C)
45	João Carlos Marconatto (SEMAE)	104	Rodrigo Ferraz Moreira (SABESP)
46	João José A. de Abreu Demarchi (AAP)	105	Rodrigo Miguel P. Batalha (P.M. de Louveira)
47	João Marco Alves de Oliveira (DAE Americana)	106	Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA Campinas)
48	João Paulo Vieira (P.M. de Itupeva)	107	Rosa Cardoso (Agência PCJ)
49	Jorge Antonio Mercanti (CIESP - DR Campinas)	108	Sabrina R. da Cruz (ASSEMAE/SANASA)
50	José Anderson do N. Batista (UNICAMP)	109	Sandra Melo (P.M. de Araras)
51	José Cezario (Agência PCJ)	110	Sarah Dantas R. Carvalho (CPFL Renováveis)
52	José Lourenço dos Santos (ASSEMAE/SANASA)	111	Sarah Janaína Menuzzo Quental (SP Águas)
53	José Mairton Pereira Barreto (ONDAS)	112	Sergio Razera (Agência PCJ)
54	José Mario Rossi (TIX Participações)	113	Silvia Rocha (P.M. de Campo Limpo Paulista)
55	José Rodolfo Penatti (AFOCAPI)	114	Talitha Filipini Righi (DAE Jundiaí)
56	Kaique Barretto (Agência PCJ)	115	Tiago Bacarin Custódio (P.M. de Limeira)
57	Laerson A. Júnior (P.M. de Santa Bárbara d'Oeste)	116	Ulisses Nicioli Junior (AEJ)
58	Laura Stela Naliato Perez (SEMIL)	117	Vagner Pancini da Silva (BRK Ambiental Limeira)
59	Leandro Ramalho (DAE/P.M. de Sta. Bárbara d'Oeste)	118	Yumi Igawa (CPP)